

## ESTRATÉGIAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO PERMANENTE EM ENFERMAGEM

Ana Raquel Florindo Mateus Rangel<sup>1</sup> Helena Isaura Fernandes Pereira<sup>2</sup> Aliny Nunes da Cruz<sup>3</sup> Elayza Laura Oliveira Cardoso<sup>4</sup> Kamilla da Silva Rodrigues<sup>5</sup> Bruna Keiko Yoshino Barros<sup>6</sup> Carolina Sampaio de Oliveira<sup>7</sup>

**RESUMO:** **INTRODUÇÃO:** Educação Permanente em Saúde é compreendida como uma atualização cotidiana das práticas, seguindo os novos aportes teóricos, metodológicos, científicos e tecnológicos disponíveis. Desse modo, um programa de educação requer um planejamento dinâmico, participativo, interdisciplinar. O objetivo deste estudo é analisar a literatura científica sobre a Educação Permanente em Saúde e sua influência nas práticas de saúde da equipe de enfermagem. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura. Foram utilizados os seguintes descritores: educação em saúde; enfermagem em saúde comunitária; papel do profissional de enfermagem, nas bases de dados Scielo (Scientific Eletronic Library Online) e Lilacs (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde). **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A maioria dos sujeitos responsáveis pelas iniciativas do setor hospitalar ressaltou que não existe um planejamento institucional e que os profissionais utilizam os momentos de passagem de plantão e reuniões, ou seja, aproveitam momentos durante as jornadas de trabalho para realizar o processo educativo. Demonstra que a educação em saúde demanda planejamento para ser eficiente e eficaz, com a flexibilidade necessária para a adaptação à realidade. **CONCLUSÃO:** A política para a gestão da educação na saúde tem o peso de sensibilizar mudanças na instituição, sendo assim, é necessário que todos os trabalhadores da saúde tenham uma participação mais ativa, pensem criticamente sobre as suas práticas, se mobilizem a favor das transformações, pois assim permitirá que os cidadãos brasileiros tenham um atendimento a saúde de qualidade.

155

**Palavras-chave:** Educação em saúde. Enfermagem em saúde comunitária. Papel do profissional de enfermagem.

**Área Temática:** Enfermagem.

<sup>1</sup> Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, Mato Grosso.

<sup>2</sup> Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, Mato Grosso.

<sup>3</sup> Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, Mato Grosso.

<sup>4</sup> Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, Mato Grosso.

<sup>5</sup> Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, Mato Grosso.

<sup>6</sup> Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, Mato Grosso.

<sup>7</sup> Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, Mato Grosso.

**ABSTRACT: Introduction:** Continuing Health Education is understood as a daily update of practices, following the new theoretical, methodological, scientific and technological transport available. Therefore, an education program requires dynamic, participatory, interdisciplinary planning. The objective of this study is to analyze the scientific literature on Continuing Health Education and its influence on the health practices of the nursing team. **Methodology:** This is an integrative review of the literature. The following descriptors were used: health education; community health nursing; role of the nursing professional, in the Scielo (Scientific Electronic Library Online) and Lilacs (Latin American and Caribbean Literature in Health Sciences) databases. **Results and Discussion:** The majority of subjects responsible for initiatives in the hospital sector highlighted that there is no institutional planning and that professionals use shift changes and meetings, that is, they take advantage of moments during the workday to carry out the educational process. Demonstrate that health education requires planning to be efficient and effective, with the necessary flexibility to adapt to reality. **Conclusion:** A policy for the management of health education has the weight of sensitizing changes in the institution, therefore, it is necessary that all health workers have a more active participation, think critically about their practices, mobilize in favor of transformations, This will allow Brazilian citizens to have quality healthcare.

**Keywords:** Health education, Community health nursing. Role of the nursing professional.

## INTRODUÇÃO

O setor da “Educação Continuada” ou “Educação Permanente” nas instituições de saúde, necessitam para o desenvolvimento do seu trabalho recursos financeiros, físicos e principalmente humanos (Silva & Seiffert, 2019). Esses recursos acima são de grande relevância para a prática das várias metodologias apontadas em um projeto para a implementação desse setor.

A Educação Permanente em Saúde (EPS) é compreendida como uma atualização cotidiana das práticas, seguindo os novos aportes teóricos, metodológicos, científicos e tecnológicos disponíveis (Silva; Vasconcelos; Filho, 2010). Nessa abordagem existe uma melhoria na qualidade da saúde, visto que, a Educação Permanente (EP) tem por finalidade promover o crescimento pessoal e profissional dos trabalhadores, e contribui na organização do processo de trabalho.

A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde lançada pelo Ministério da Saúde através da Portaria 198, de fevereiro de 2004, possibilita a identificação das necessidades de formação e de desenvolvimento dos trabalhadores da área da saúde, fortalecendo o controle social com o objetivo de produzir um impacto positivo sobre a saúde individual e coletiva da população (Carotta *et al*, 2019).

Em função da nova Lei das Diretrizes Brasileiras (LDB), instituições relacionadas ao ensino de enfermagem foram pioneiras na área de saúde para mobilização das diretrizes gerais para a educação em enfermagem no Brasil. Durante o processo de construção das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) foram envolvidas diversas entidades nacionais, tanto do âmbito do ensino quanto dos serviços, na busca de um perfil profissional com competências, habilidades e conhecimentos para atuar no Sistema Único de Saúde -SUS (Ciampone, 2016).

Desse modo, um programa de educação voltado aos profissionais de enfermagem requer um planejamento dinâmico, participativo, interdisciplinar com objetivos definidos, buscando atender diretamente as necessidades da organização e dos profissionais (Silva; Seiffert, 2019). O objetivo deste estudo é analisar a literatura científica sobre a Educação Permanente em Saúde e sua influência nas práticas de saúde da equipe de enfermagem.

## METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura. O procedimento de análise constituiu a produção científica sobre a Educação Permanente em Saúde e a sua implicação nas práticas do cotidiano da equipe de enfermagem. Como técnica, a pesquisa bibliográfica compreende leitura, seleção, fichamento e arquivo dos tópicos de interesse para a pesquisa em pauta.

157

Baseando-se no referencial de Mendes, Silveira e Galvão (2008), foram utilizadas seis etapas, para garantir o melhor entendimento sobre a temática, baseados em estudos anteriores. Este método tem a finalidade de reunir e sistematizar resultados de pesquisas sobre um delimitado tema ou questão de maneira sistemática e ordenada, contribuindo para o aprofundamento do conhecimento do tema investigado.

De acordo com (Souza; Silva; Carvalho, 2010) para operacionalizar este estudo foram desenvolvidos seis passos, a saber: 1 - Identificação da temática; 2 - Estabelecimento de critérios de exclusão e de inclusão; 3 - Coleta de Dados; 4 - Análise dos estudos; 5 - Discussão dos resultados e 6 - Apresentação da revisão.

A coleta de dados foi realizada através do levantamento bibliográfico no segundo semestre de 2023. Foram utilizados os seguintes descritores: educação em saúde; enfermagem em saúde comunitária; papel do profissional de enfermagem, a partir dos quais foram encontrados 126 artigos publicados na biblioteca virtual de saúde: Scielo (Scientific Eletronic Library Online) e Lilacs (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde). Como critério de inclusão utilizou-se artigos, monografias e dissertações disponíveis em

idioma português, com ano de publicação de 2009 a 2021, de vinculação livre, estudos de levantamento de dados a campo, com âmbito hospitalar e que atendiam a temática da pesquisa. Como critério de exclusão optou-se por não utilizar textos incompletos e artigos que não estivessem disponíveis na íntegra on-line, estudos em inglês e espanhol, pesquisas fora da época exigida de publicação e que não se enquadram neste estudo.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Lopes *et al* (2007), a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) percebendo a formação inadequada das equipes de saúde frente à realidade dos serviços, “iniciou um conjunto de pesquisas na década de 70 para compreender a lógica prevalente de formação e desenvolvimento profissional e institucional dos trabalhadores da saúde, além de propor estratégias para aproximar o ensino no campo da saúde à realidade dos serviços”.

De acordo com Mancia *et al* (2014), a temática de educação permanente em saúde surge de uma nova política para formação de recursos humanos adotada pelo novo governo. Traz consigo propostas e experiências, já desenvolvidas por educadores que tiveram sucesso em suas atividades.

A partir do momento que esses educadores assumiram lugares de destaque na estrutura do Ministério da Saúde, iniciaram a implementação de políticas com a intenção tornar viável um projeto de educação que contemplasse a grande estrutura que é o Sistema Único de Saúde, na perspectiva de sua consolidação, bem como de sua qualificação, uma vez que esta só é possível, por meio da educação de seus recursos humanos (Peres; Silva; Barba, 2014).

Conforme Mângia (2017), a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) alterada pela Portaria GM/MS nº 1.996, de 20 de agosto de 2007 e instituída em 2004 pela Portaria GM/MS nº 198 “é definida como um dispositivo que busca favorecer mudanças nas práticas do trabalho em saúde”.

Ao implantar a educação permanente em saúde os incentivos estenderam-se às mudanças curriculares dos cursos de graduação em saúde, sendo estendidos para as escolas da área de saúde que queiram aderir às mudanças, destacando-se a necessidade de desenvolvimento da abordagem sobre saúde e sociedade, planificação e administração, epidemiologia social e saúde das populações (Brasil, 2009)

De acordo com Ceccim (2019), a produção desta política “representou o esforço de cumprir uma das mais nobres metas formuladas pela saúde coletiva no Brasil: tornar a rede pública de saúde uma rede de ensino - aprendizagem no exercício do trabalho”.

Conforme Ricaldoni e Sena (2006), a educação é um instrumento que promove mudanças e transformações em uma sociedade. Sendo assim, as transformações sociais e educacionais têm repercussões nos modos de produzir, nos diferentes campos do saber, de produção de bens e de serviços.

A educação em serviço é considerada uma educação que ocorre no ambiente de trabalho, e é voltada para uma instituição em particular (Paschoal *et al*, 2007). A educação no ambiente de trabalho se torna importante na medida em que melhora a qualidade da assistência à saúde, pois seu foco principal é no aprimoramento das habilidades a fim de solucionar os problemas encontrados no cotidiano.

Nesse sentido, a educação em serviço tem como finalidade capacitar o funcionário, para que o mesmo seja capaz de atuar de forma mais eficaz. Paschoal *et al* (2007), destaca a importância dessa educação para a enfermagem, pois é voltado para a especificidade da área, mantendo assim um bom desempenho profissional.

Jacondino *et al* (2010), também diz que esse ato educativo é um instrumento imprescindível para qualificar o atendimento do profissional de enfermagem, visto que contribui para uma assistência comprometida, competente, respaldada em consistentes conhecimentos teóricos.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

No estudo de Silva e Seiffert (2019), através da aplicação de questionários a cem enfermeiros de vários setores pode-se verificar uma pequena porcentagem de participação ao Programa de Educação Continuada (PEC) no local estudado, está pequena parcela se dá pelo fato dos participantes serem responsáveis por várias atividades e pelo número reduzido de profissionais atuantes nos setores.

Observou-se no estudo de Souza *et al* (2011), que a educação permanente em saúde tem sido sempre realizada pelos enfermeiros responsáveis pelos setores, e isso ocasiona uma sobrecarga de trabalho dos mesmos. Contudo, o hospital vem criando uma Comissão de Educação permanente em saúde, que ficará responsável pela execução das atividades educativas.

A gestão das práticas e a política institucional que orientam os processos de trabalho da equipe de enfermagem foram apontadas como fatores que interferem nas práticas de capacitação, dificultando a sua efetividade e deixam os trabalhadores insatisfeitos, com pouca motivação para o trabalho e para a atualização dos conhecimentos (Jesus *et al*, 2021).

Para o desenvolvimento da pesquisa sobre educação permanente (Silva; Conceição; Leite, 2019), demonstra que respondeu ao questionário 235 informantes, destes foram encontrados 50,6% participantes das atividades de EPS e 49,4% não-participantes. Dentre os que participaram, a maior parte dos informantes eram profissionais com vínculo temporário (37,25%), sendo 71,4% representados pela categoria de enfermeiros e 67,3% auxiliares de enfermagem. Entre os que não participaram, a maioria possuía vínculo efetivo. Em relação aos motivos da não participação, os sujeitos alegam falta de tempo, falha na divulgação, falta de interesse pelos temas e desmotivação.

No estudo de Medeiros *et al* (2010), o planejamento participativo pode ser identificado como estratégia que promove a autonomia, a valorização, a competência técnica e a construção do trabalho em equipe. Através dos diálogos das enfermeiras, utilizado como metodologia, este planejamento promove um cuidar/assistir mais integral e holístico, deixando o poder no eixo horizontal.

Na pesquisa de Lino (2009), com metodologia de categorias encontramos o planejamento das propostas de EPS, onde os sujeitos apresentaram discursos contraditórios, na qual muitos destacaram a existência de algumas iniciativas de planejamento, porém outros relataram não haver propostas, fato este que aponta para uma ausência de sistematização das ações incorporadas às políticas institucionais dos serviços públicos de atenção à saúde.

A maioria dos sujeitos responsáveis pelas iniciativas do setor hospitalar ressaltou que não existe um planejamento institucional e que os profissionais utilizam os momentos de passagem de plantão e reuniões, ou seja, aproveitam momentos durante as jornadas de trabalho para realizar o processo educativo. Demonstra que a educação em saúde demanda planejamento para ser eficiente e eficaz, com a flexibilidade necessária para a adaptação à realidade (Silva & Seiffert, 2019).

Fontana (2021) expõe que os principais fatores que interferem dificultando a efetividade das ações de capacitação foram a gestão das práticas e a política institucional, orientadores no processo de enfermagem, tornando assim pontos negativos na organização dos setores, das práticas e a interação e integração interpessoal.

Na dissertação de Flores (2011), utilizou-se de depoimentos de enfermeiras educadoras como metodologia, o qual pode extrair o reconhecimento de transformações no seu processo de trabalho a partir dos saberes renovados através da educação permanente. Porém para se chegar a esta renovação há vários limites e superá-los aponta para um grande desafio, sendo considerado a inter-relação entre a prática e os diversos elementos que constituem o contexto, que são os fatores pessoais, institucionais e culturais.

Outra questão levantada pelos pesquisados é a necessidade de buscar diferentes metodologias para o processo de educação permanente, visto que esse processo deve ser pautado na concepção de educação dialógica e transformadora, buscando a melhoria na formação de profissionais de saúde e qualidade na assistência aos usuários (Gigante; Campos, 2016).

Em geral, as propostas de atualizações nos hospitais utilizam como metodologia cursos, eventos, palestras e congressos na área e seguem algumas regras: o trabalhador tem liberdade de participar, mas precisa organizar suas atividades no trabalho, não tem dispensa, mas pode conseguir auxílio para os custos (Lemos, 2016).

Portanto, para que a EPS consiga ser uma ferramenta para a transformação das práticas de saúde é necessário que discutam sobre o seu conceito, estimulando os profissionais a entenderem a amplitude que a educação tem no ambiente hospitalar. É fundamental rever os métodos que estão sendo utilizados nas instituições, para que a EP seja para todos os profissionais envolvidos um processo sistematizado e participativo, tendo como campo de aprendizagem o seu próprio ambiente de trabalho, a fim de solucionar os problemas do cotidiano, com o propósito de estimular a reflexão da prática e a construção do conhecimento (Secco, 2020).

Pralon (2021) ressalta que através da EPS é possível conquistar mudanças de atitudes que emergem das experiências vividas em seu local de trabalho, reduzindo assim o risco de iatrogenia, promovendo uma melhor assistência à saúde e crescimento profissional.

## CONCLUSÃO

Os resultados encontrados neste estudo vêm contribuir para a reflexão das ações educativas destinadas aos trabalhadores da saúde da instituição hospitalar, para que os mesmos coloquem em prática essa política que busca melhorias na qualidade da assistência à saúde,



atendendo aos usuários do SUS de acordo com os seus princípios básicos, que são a universalidade, integralidade e equidade.

Desta maneira faz-se necessário a busca de metodologias inovadoras que permitam o exercício de uma pedagogia crítico-reflexiva dando ênfase a problematização das situações corriqueiras em seu ambiente de trabalho, proporcionando intervenções que facilitem mudanças no trabalho e nas relações interpessoais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. Brasília-DF, 2009.

CAROTTA, F; KAWAMURA, D; SALAZAR, L et al. Educação permanente em saúde, uma estratégia de gestão para pensar, refletir e construir práticas educativas e processos de trabalhos. **Saúde e Sociedade**, v.18, p.48-51, jan. 2019

CIAMPONE, M. H. T.GERÊNCIA E COMPETÊNCIAS GERAIS DO ENFERMEIRO.

**Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, v. 15, n. 3, p. 492-9, jul-set, 2016.

CECCIM, R.B. EMERGÊNCIA DE UM “CAMPO DE AÇÃO ESTRATÉGICA”: ORDENAMENTO DA FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE. **SANARE - Revista de Políticas Públicas**, v. 18, n. 1, 2019.

---

162

FLORES, G. E. Educação permanente e aprendizagem significativa no contexto hospitalar: a perspectiva de enfermeiras educadoras. 2011. 115 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Enfermagem, Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Porto Alegre, BR-RS, 2011.

FONTANA, R.T; THOMAS, L.S; HESLER, L.Z; GUIMARÃES, C.A. A educação permanente em saúde na prática de enfermeiras. **Rev Contexto & Saúde**. 2021;21(44):236- 252.

GIGANTE, R. L.; CAMPOS, G. W. DE S.. Política de formação e educação permanente em saúde no brasil: bases legais e referências teóricas. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 14, n. 3, p. 747-763, set. 2016.

JACONDINO, C. B.; SEVERO, D. F.; RODRIGUES K. R.; LIMA, L.; EINHARDT, R. R.; AMESTOY, S. C. EDUCAÇÃO EM SERVIÇO: QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DE FERIDAS. **Cogitare Enferm**. 15(2):314-8,Abr/Jun, 2010.

JESUS, M.C.P.; FIGUEIREDO, M.A.G.; SANTOS, S.M.R.; AMARAL, A.M.M.; ROCHA,

L.O.; THIOLLENT, M.J.M. Educação permanente em enfermagem em um hospital universitário. **Rev. Esc. Enferm. USP**, 2011; 45(5):1229-36, 2021.



LEMOS, M.; FONTOURA, M. S. A INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO E TRABALHO NA SAÚDE E A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE DO SUS-BA.

**Revista Baiana de Saúde Pública**, Salvador-BA, v.33, n.1, p. 113-120, jan./mar. 2016

LINO, M. M.; BACKES, V. M. S.; FERRAZ, F.; PRADO, M. L.; FERNANDES, G. F. M.; SILVA, L. A. A.; KLOH, D. EDUCAÇÃO PERMANENTE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE DE FLORIANÓPOLIS, SANTA CATARINA. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7 n. 1, p. 115-136, mar./jun. 2009.

LOPES, S. R. S.; PIOVESAN, E. T. A.; MELO, L.O.; PEREIRA, M. F. Potencialidades da educação permanente para a transformação das práticas de saúde. **Com. Ciências Saúde**; 18(2):147-155, 2007

MANCIA, J. R; CABRAL, L. C; KOERICH, M. S. EDUCAÇÃO PERMANENTE NO CONTEXTO DA ENFERMAGEM E NA SAÚDE. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília (DF), v. 57, n. 5, p. 605-10, set/out, 2014.

MEDEIROS, A. C.; PEREIRA, Q. L. C.; SIQUEIRA, H. C. H; CECAGNO, D.; MORAES, C. L. Gestão participativa na educação permanente em saúde: olhar das enfermeiras permanentes em saúde: olhar das enfermeiras. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, 2010, jan-fev (1): 38-42.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão Integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na Enfermagem. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-64, Out-Dez, 2008.

PASCHOAL, A. S.; MANTOVANI, M. F.; MÉIER, M. J. Percepção da educação permanente, continuada e em serviço para enfermeiros de um hospital de ensino. **Rev Esc Enferm USP**, v. 41, n. 3, p. 478-84, 2007.

PERES, C; SILVA, R. F. D; BARBA, P. C. D. S. D. (2016). Desafios e potencialidades do processo de educação permanente em saúde. **Trabalho, Educação e Saúde**, 14, 783-801, 2014.

PRALON, J.A; GARCIA, D.C; IGLESIAS, A. Educação permanente em saúde: uma revisão integrativa de literatura. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 14, p. e355101422015-e355101422015, 2021.

RICALDONI, C. A. C.; SENA, R. R. EDUCAÇÃO PERMANENTE: UMA FERRAMENTA PARA PENSAR E AGIR NO TRABALHO DE ENFERMAGEM. **Rev. Latino-am Enfermagem**, 14(6), novembro-dezembro, 2006.

SECCO, A.C et al. Educação permanente em saúde para agentes comunitários: um projeto de promoção de saúde. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 13, n. 1, p. 1-17, 2020.

SILVA, C. M. T; VASCONCELOS, G. B.; FILHO, S. A. Educação Permanente em Saúde: fatores que limitam a participação dos trabalhadores. 2010. 37 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-graduação em Administração) - Escola de Administração. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

SILVA, G. M.; SEIFFERT, O. M. L.B. Educação continuada em enfermagem: uma proposta metodológica. **Revista Bras. Enferm**, Brasília, v. 62, n. 3, p. 362-6, maio-junho, 2019.

SILVA, M. F.; CONCEIÇÃO, F. A.; LEITE, M. M. J. Educação continuada: um levantamento de necessidades da equipe de enfermagem. **Arquivo Brasileiro de Ciências da Saúde**, Santo André, v.34, n. 1, p. 15-21, Jan/Abr 2019.

SOUZA, L. P. S.; SOUZA, A. C. A; SILVA, C. S. O; NASCIMENTO, F. Percepção do enfermeiro sobre a eficácia da educação permanente em saúde. **Revista Digital. Buenos Aires**, v. 16, n. 160, Set., 2011.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. São Paulo